Capítulo 2

Megatendências que afetam a integração africana na economia global

Este capítulo apresenta cinco megatendências que moldarão as dinâmicas do desenvolvimento africano na próxima década. A primeira megatendência corresponde ao reforço do papel dos países emergentes na economia global (também referido como "deslocação da riqueza"). A segunda é a nova revolução da produção provocada pela mudança tecnológica e pela digitalização. A terceira megatendência relaciona-se com o crescimento demográfico do continente, que pode trazer "dividendos demográficos" se os países implementarem as políticas certas. A quarta megatendência é a rápida urbanização, que afeta a estrutura económica de muitos países, as condições de vida e a governação em vários níveis. A quinta megatendência é constituída pelas alterações climáticas, que requerem estratégias inovadoras e sustentáveis de "crescimento verde". O capítulo avalia, para cada uma destas megatendências, os principais riscos, oportunidades e implicações de políticas para os países africanos.

EM SÍNTESE

Cinco principais megatendências colocam desafios e trazem novas oportunidades para as dinâmicas do desenvolvimento africano. A forma como os decisores políticos respondem àquelas terá um impacto significativo no crescimento, na criação de emprego e nas desigualdades.

O papel cada vez mais importante das economias emergentes – conhecido como **"deslocação da riqueza"** – está a trazer oportunidades para diversificar o investimento do continente e os fluxos comerciais. Pode igualmente afetar a modernização da cadeia de valor africana através de uma maior concorrência internacional.

Uma **nova revolução industrial**, provocada pela mudança tecnológica e pela digitalização, pode alterar as vantagens comparativas dos países e as potencialidades de industrialização. Os empresários africanos podem agora aceder a novos modos de produção e mercados globais. No entanto, a automatização pode prejudicar a criação de emprego na indústria transformadora. Investir em infraestruturas tecnológicas, apoiar sistemas de inovação e melhorar as competências dos trabalhadores pode ajudar os países a aproveitar estas potencialidades.

O rápido crescimento demográfico africano pode trazer **"dividendos demográficos"** se os países implementarem as políticas certas. O crescimento demográfico tem muitas implicações, incluindo a migração dentro e fora de África. Colher os dividendos demográficos depende da criação de mais e melhor emprego, do investimento em capital humano e físico e do aumento das poupanças no setor financeiro formal.

A rápida **transição urbana** de África traz muitas oportunidades de industrialização, aumento da produtividade e bem-estar - através da inovação, de maiores mercados regionais e de mais procura por produtos de maior valor acrescentado. Tirar benefícios para ambas as economias rural e urbana exigirá, entre muitas políticas, a melhoria das infraestruturas urbanas e da provisão de bens públicos, ordenamento territorial e governação em vários níveis.

Embora o continente contribua com menos de 4% para as emissões globais de gases com efeito de estufa, **as alterações climáticas** constituem um grande risco que as políticas africanas devem abordar. Muitos países africanos encontram-se neste momento em transição para a fase de rendimento médio exigindo mais energia, muitas vezes gerada por combustíveis fósseis. As políticas que acelerem a transição para o "crescimento verde" vão tornar o crescimento mais sustentável e criar mais postos de trabalho.

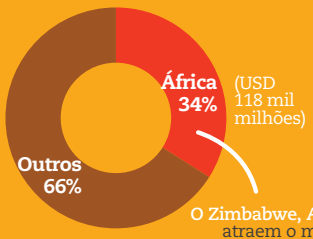
Megatendências que afetam a integração africana na economia global

A forma como a África responderá às megatendências afetará o crescimento, a criação de emprego e a igualdade

Deslocação da riqueza

Novos parceiros trazem novas fontes de financiamento

Total do financiamento chinês ao desenvolvimento
2000-2014



O Zimbabwe, Angola e o Sudão atraem o maior número de projetos de IDE chinês

Novas oportunidades nas cadeias de valor globais

Total de bens intermediários exportados para a China

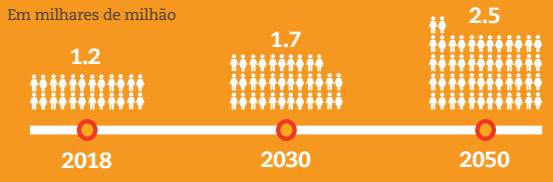
Nova revolução na produção

África tem mais de 277 milhões de contas em sistemas bancários móveis

É superior a **todas as outras regiões em desenvolvimento juntas**

Crescimento demográfico

África apresenta a população com o crescimento mais rápido do mundo

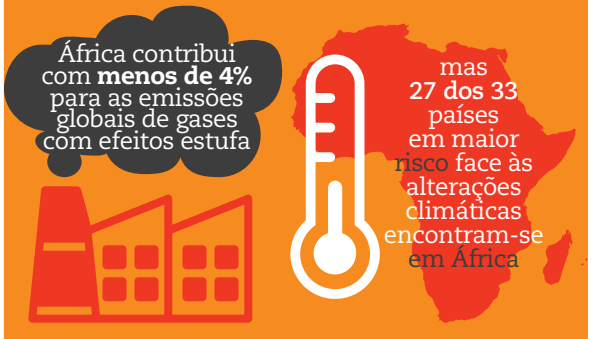


69% do aumento total da mão-de-obra mundial entre 2015 e 2050 virá de África

Transição urbana

As cidades com menos de 500 000 residentes representaram 67% do crescimento urbano entre 2000 e 2018

Alterações climáticas



Cinco megatendências para o desenvolvimento futuro de África

São pelo menos cinco as megatendências que moldarão o futuro da integração africana na economia global na próxima década. A forma como África lida com elas terá impacto significativo no crescimento, na criação de empregos e na igualdade. Estas megatendências incluem:

1. A proporção crescente de países emergentes na economia global – referida como "deslocação da riqueza" – oferecerá aos países africanos a oportunidade de diversificar, fazer uma melhoria nas cadeias de valor globais (CVG) e encontrar novas fontes de financiamento para o desenvolvimento.
2. A mudança tecnológica e a digitalização trarão desafios e perspetivas de uma nova revolução da produção em África.
3. O rápido crescimento demográfico africano pode criar "dividendos demográficos" ao expandir a mão-de-obra e incrementar as poupanças e os investimentos.
4. A rápida transição africana para a urbanização continuará a alargar o mercado interno e as economias de escala necessárias para fornecer bens públicos, impulsionar a competitividade e alcançar as metas definidas pelos ODS.
5. Embora as alterações climáticas apresentem muitos riscos para os países africanos vulneráveis, estes podem, em resposta tornar-se mais "verdes" ao tirar proveito dos imensos recursos naturais do continente.

Ainda que estas megatendências prometam novas oportunidades, colocam também desafios que devem orientar as políticas. A Tabela 2.1 resume os principais riscos, oportunidades e possíveis implicações em questões de políticas a fim de aproveitar estas megatendências. O Capítulo 8 proporá dez importantes domínios de ação das políticas.

Tabela 2.1. **Megatendências que afetam África: Principais riscos, oportunidades e implicações em questões de políticas**

Megatendência	Principais riscos	Principais oportunidades	Possíveis implicações nas políticas
Deslocação	• Concorrência de outros mercados emergentes • Criação de empregos de um dólar • Nova "partilha de África" • Degradação	• Novos mercados para os produtos de exportação africanos • Realocar indústrias transformadoras pouco especializadas da Ásia para África • Atratividade crescente de África para o investimento direto estrangeiro (IDE) • Acesso melhorado ao financiamento do desenvolvimento • Acesso a novas tecnologias • Transferência de competências	• Envolvimento estratégico com os parceiros de África • Harmonização de normas para os direitos laborais e a preservação ambiental • Promover interligações de IDE para a economia local e a transferência de conhecimento • Visar a diversificação das exportações e a melhoria nas CVG • Ajudar os empresários a melhorar os seus produtos para fazer face à nova procura
Nova revolução na produção	• Automação • Relocalização da indústria transformadora para economias avançadas • Infraestruturas tecnológicas vulneráveis • Cibersegurança • Degradação ambiental • Fluxos financeiros ilícitos	• Aumentar o acesso das pequenas empresas a CVG • Simplificar as economias de escala • Reduzir os custos comerciais • Criar novos nichos e mercados • Oferecer novas atividades de deslocalização a "clusters africanos de excelência" • Usar as novas tecnologias para melhorar o acesso aos serviços públicos, fazer políticas mais eficientes e melhorar a transparência	• Oferecer competências de qualidade para a ciência, tecnologia, engenharia e matemática e para a educação e formação técnica, empresarial e profissional • Apoiar novas pequenas e médias empresas (PME) de base tecnológica através de financiamento • Encorajar o investimento em investigação e desenvolvimento de tecnologia e dados • Promover clusters orientados para a tecnologia • Adaptar as políticas fiscais

Tabela 2.1. **Megatendências que afetam África: Principais riscos, oportunidades e implicações em questões de políticas** *(cont.)*

Megatendência	Principais riscos	Principais oportunidades	Possíveis implicações nas políticas
Dividendos demográficos	• Elevado desemprego juvenil e maior emprego no setor informal • Mais pressão sobre os recursos ambientais • Aumento da procura de serviços e proteção social, potencialmente reduzindo a qualidade dos serviços públicos • Aumento da desigualdade de rendimentos • Migração e "fuga de cérebros" • Aumento de tensões sociais e exigências políticas	• Aumentar a mão-de-obra africana • Permitir que a população em idade ativa ultrapasse a população dependente • Aumento das poupanças internas, do consumo e do produto interno bruto (PIB) devido à maior oferta laboral e à criação de riqueza • Classe média crescente • Arrecadar mais receitas fiscais • Incentivar o "ganho de cérebros" da diáspora e remessas para o investimento privado	• Melhorar a qualidade da educação e das competências para corresponder às exigências do mercado de trabalho • Aprofundar o setor financeiro nacional criando incentivos para as poupanças internas de longo prazo • Reduzir as taxas de natalidade melhorando os cuidados de saúde e o planeamento familiar • Promover o empreendedorismo de alto potencial
Transição urbana	• Urbanização dos bairros de lata • Maior pobreza urbana e desigualdade • Desigualdade entre áreas rurais e urbanas • Expansão urbana desregrada • Congestionamento urbano • Maior poluição atmosférica e uso ineficiente da água e outros recursos naturais	• Gerar economias de escala e inovação social • Aumento da procura de bens, alimentos e infraestruturas urbanas de elevado valor acrescentado • Fazer corresponder e partilhar recursos e conhecimento entre empresas e cidadãos • Aumentar a produtividade através de clusters empresariais • Classe média urbana crescente	• Clarificar os direitos fundiários • Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano e desenvolver as cidades intermediárias • Fornecer bens públicos aos clusters empresariais • Desenvolver os sistemas de transportes públicos • Melhorar os assentamentos informais • Aplicar reformas da governação em vários níveis (reforço de capacidades, capacitação, transparência e responsabilidade de vários níveis governamentais) • Assegurar a participação dos cidadãos no ordenamento territorial
Alterações climáticas e transição para uma economia verde	• Aumento de catástrofes naturais e secas • Ecossistemas e espécies em risco de extinção • Erosão das zonas costeiras e danos nas infraestruturas • Perda de meios de subsistência e atividades económicas • Perigos para a saúde causados por riscos ambientais • Deslocamento e migração induzidos pelo clima	• Crescimento do PIB devido a investimentos em energias renováveis • Ganho de bem-estar pelo corte de subvenções aos combustíveis fósseis (petróleo e carvão) • Expandir os setores verdes • Criar mais empregos nos setores verdes • Usar os recursos naturais de modo mais sustentável, partilhando infraestruturas de forma eficiente em áreas de elevada densidade	• Investir em infraestruturas resistentes, incluindo sistemas de alerta precoce • Desenvolver os transportes públicos e reduzir-lhes os custos • Implementar programas de ação nacionais de adaptação e regulamentos ambientais • Desenvolver mecanismos securitários relacionados com o clima

Megatendência 1: Deslocação da riqueza

O processo de "deslocação da riqueza" – o re-equilíbrio gradual da riqueza global de países membros da OCDE para países não membros – entrou na terceira fase em 2009. Em 2008, o peso dos países emergentes na economia global ultrapassou o marco de 50% (OCDE, 2010). A crise financeira global de 2008-09 e o re-equilíbrio da China levou a uma queda nos preços do petróleo e metais, sobrecarregando os exportadores de matérias-primas e estimulando o crescimento em países importadores de matérias-primas. Esta situação criou vagas de mudanças no cenário de desenvolvimento global. Prevê-se que a Índia continue a crescer rapidamente e contribua quase 10% para o crescimento global. Este país pode tornar-se uma segunda força motriz do processo de deslocação da riqueza nos próximos anos (ver OCDE, no prelo). Outras economias emergentes, como os Estados do Golfo e a Turquia, podem continuar a crescer e a aumentar as relações com África.

Durante as primeiras duas fases (1990-2000 e 2001-08), o processo de deslocação da riqueza incrementou as interligações de produção entre economias emergentes e países em desenvolvimento. Tal ocorrência afetou os preços relativos de bens, serviços e salários. Também alterou os termos de troca e trouxe novas fontes de financiamento para o desenvolvimento. Este processo acelerou a integração africana na economia mundial, nomeadamente através da diversificação das suas parcerias globais.

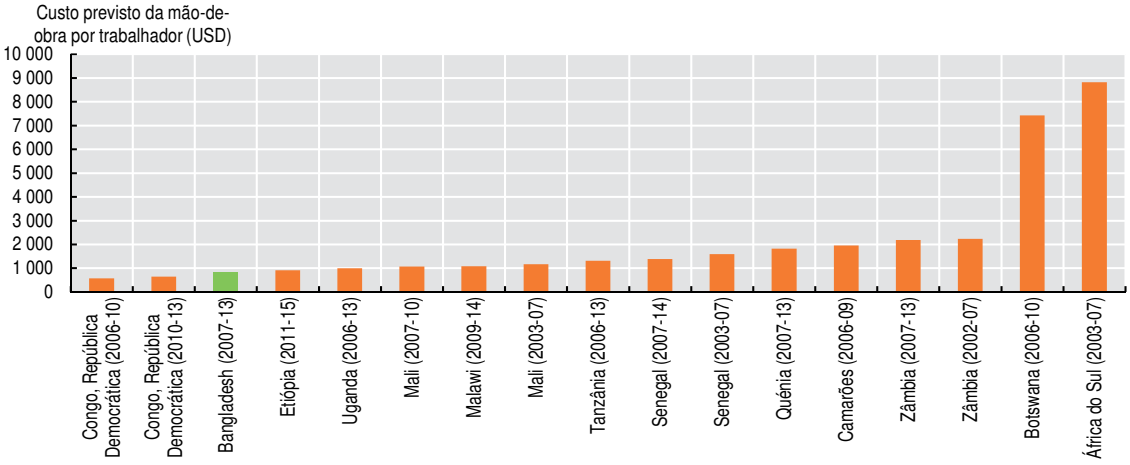
Olhando para o futuro, a deslocação da riqueza oferece diversas novas oportunidades a África. Em primeiro lugar, África pode usar os parceiros emergentes para diversificar o seu cabaz de exportação. Vários países africanos podem exportar bens e serviços de maior valor acrescentado, tais como produtos agrícolas e turismo, para novos mercados, à medida que a classe média emerge.

Em segundo lugar, a deslocação da riqueza pode possibilitar a África uma melhoria nas CVG, na sequência do re-equilíbrio da China. Os salários reais na indústria transformadora chinesa aumentaram cerca de 14 vezes, de 1980 a 2015 (Wei e Zhang, 2017). A África Oriental beneficiou, em parte, com esta mudança crescendo 3.5% ao ano em PIB real *per capita* entre 2013-16. Com as políticas certas, os países africanos podem atrair empresas transformadoras de mão-de-obra intensiva por forma a criar mais postos de trabalho para a vindoura massa de jovens do continente.

Em terceiro lugar, a deslocação da riqueza traz novo financiamento do desenvolvimento e inovação para África. A China, por exemplo, investiu USD 118 mil milhões em África, ou 34% do seu financiamento total ao desenvolvimento, durante 2000-14 (Dreher *et al.*, 2017). O Zimbabwe, Angola, o Sudão, a Tanzânia, o Gana, o Quénia e a Etiópia (nesta ordem) são os países africanos que atraem o maior número de projetos chineses de IDE. Diferentes países emergentes oferecem novos saberes para financiar o desenvolvimento. Estes incluem o Brasil na agricultura e na transformação de produtos agrícolas, a China em infraestruturas e a Índia em genéricos a preços acessíveis, bem como em competências e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e na agricultura. Muitos países emergentes, especialmente nos Estados do Golfo, tornaram-se atrativos para a mão-de-obra africana qualificada, o que poderia levar a um aumento da transferência de conhecimentos Sul-Sul.

A deslocação da riqueza traz, simultaneamente, novos desafios aos decisores políticos. As economias africanas têm de impulsionar a produtividade para competirem com outros atores emergentes. Por exemplo, os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático gozam de várias vantagens em relação a África no que toca a atrair IDE chinês. Estas incluem redes de produção global já estabelecidas, proximidade física e cultural à China e uma melhor competitividade, especialmente em infraestruturas e capital humano. Os elevados custos de mão-de-obra e a baixa produtividade impedem que muitos países africanos consigam atrair indústrias que requerem poucas competências (Gelb *et al.*, 2017). Com níveis de competitividade semelhantes, países como a República Democrática do Congo e a Etiópia têm um custo de mão-de-obra por trabalhador da indústria transformadora que é comparável ao do Bangladesh (Figura 2.1). É fundamental reduzir as barreiras ao crescimento do setor privado (ver Capítulo 8).

Figura 2.1. **Mediana do custo da mão-de-obra prevista por trabalhador em certos países africanos e no Bangladesh**



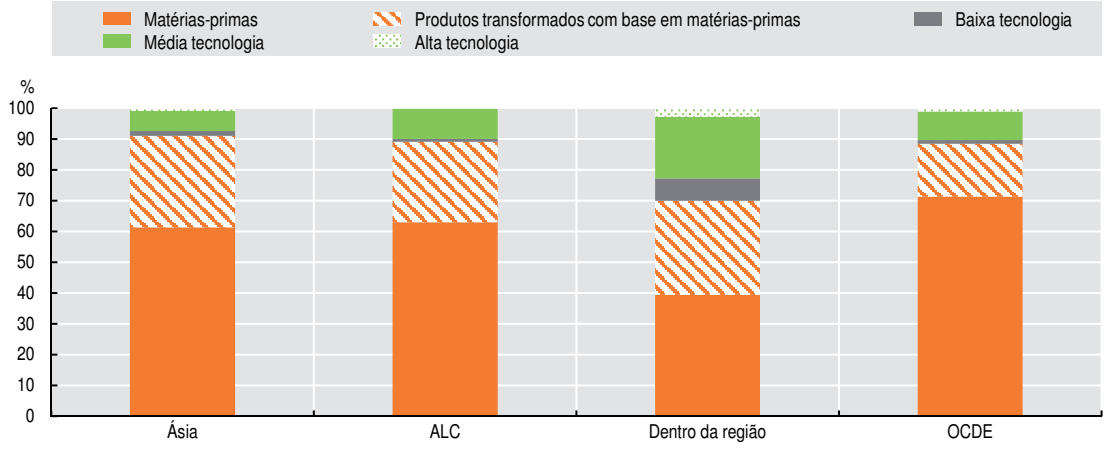
Nota: O custo de mão-de-obra por trabalhador é estimado após verficação de uma série de características das empresas (incluindo custo de capital por trabalhador, propriedade, capital humano e dimensão) e o PIB *per capita* do país para assegurar a comparabilidade.

Fonte: Gelb *et al.* (2017), "Can Africa be a manufacturing destination? Labor costs in comparative perspective".

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933782867

Os países africanos têm muito para melhorar no que se refere aos níveis de integração nas CVG com outras economias emergentes. De um modo geral, os bens intermediários africanos representam 1.1% do total de bens intermediários exportados para a China. Trata-se de um nível significativamente inferior à maioria dos outros parceiros de CVG da China. A maioria das exportações africanas para a Ásia são matérias-primas (Figura 2.2).

Figura 2.2. **Exportações africanas por matérias-primas e nível de tecnologia (proporções para destinos regionais), 2014**



Fonte: Cálculos do autor com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933782886

Vários objetivos de política podem ajudar os governos africanos a tirar mais partido da deslocação da riqueza:

- Uma melhor coordenação pode conceder aos governos africanos um poder de negociação mais sólido na nova ordem económica global, sobretudo em diálogos comerciais que enfrentem sentimentos protecionistas acrescidos. As organizações pan-africanas podem desempenhar este papel de coordenação. Estas estão já a

reforçar os programas de cooperação com os parceiros emergentes, tais como o intercâmbio de estudantes para promover a transferência de competências em disciplinas técnicas.

- Coordenando e harmonizando os regulamentos, os governos africanos podem evitar um "nivelamento por baixo" ao reduzirem os regulamentos fiscais, laborais e ambientais quando pretenderem atrair IDE. Por exemplo, unir esforços internacionais para evitar a erosão da base tributária e o desvio de lucros poderia tornar os sistemas fiscais mais transparentes e eficazes.
- Os países africanos terão de implantar estratégias para diversificar os produtos de exportação para os parceiros emergentes. Melhorar os insumos nas CVG requer o reforço da competitividade, o incentivo para que as empresas estrangeiras criem interligações com as economias locais e transfiram conhecimento, e o apoio ao desenvolvimento de serviços de produção, tais como *design*, *marketing* e *branding*.

Megatendência 2: A nova revolução na produção

Ao longo dos próximos 15 anos, é provável que a contínua revolução na produção tenha impacto nas economias africanas através de:

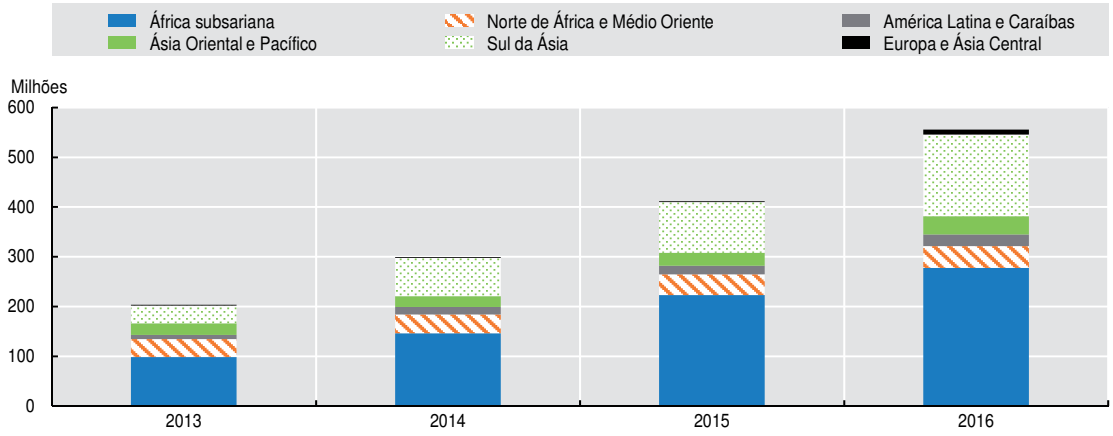
- Novas tecnologias (a Internet das Coisas, a análise de *big-data*, a computação em *cloud* e a impressão em 3D)
- Novos materiais (tecnologias de base nano e bio)
- Novos processos (inteligência artificial e produção *data-driven*).

A digitalização e as novas tecnologias de produção podem alterar a vantagem comparativa dos países em redes de produção globais. Pelo menos 40 tecnologias serão essenciais para as próximas décadas (OCDE, 2016: 79). Coletivamente, estas inovações tecnológicas podem revolucionar as redes de produção globais. Nesta nova revolução da produção – às vezes apelidada "Indústria 4.0" – o comércio internacional ocorrerá, em grande parte, em serviços e dados, tais como pacotes de serviços e fluxos de informação através de meios digitais.

Esta revolução da produção apresenta oportunidades para que os países africanos encontrem novos percursos de desenvolvimento. Em primeiro lugar, os empresários africanos e as PME podem desfrutar de melhor acesso a novos modos de produção e a redes globais, algo a que não tinham acesso antes. Os investimentos em atividades que usem tecnologias digitais podem gerar economias de escala a níveis sem precedentes em relação à indústria transformadora tradicional. Tendo menores custos de equipamento, a digitalização promete maior controlo e flexibilidade na produção reduzindo ao mesmo tempo os custos operacionais. O comércio sem papel, a coleta de informações *on-line*, a e-certificação e os pagamentos *on-line* de direitos aduaneiros podem reduzir os custos comerciais e acelerar os desalfandegamentos. As novas tecnologias podem permitir às empresas efetuar transações, prestar serviços e fazer pagamentos de forma mais célere, mais eficiente e a custos mais acessíveis. A comunicação digital pode facilitar o comércio eletrónico transfronteiriço e a participação de empresas menores nos mercados globais.

Em segundo lugar, o comércio de serviços e de novas tecnologias pode, em grande parte, remover barreiras logísticas e alfandegárias. As restrições físicas, tais como redes de estradas inadequadas, podem desempenhar um papel menos significativo para a aplicação destes novos métodos de produção. Os países africanos têm demonstrado uma impressionante capacidade de adaptação às TIC. A título de exemplo, África usa mais sistemas bancários móveis do que todas as outras regiões em desenvolvimento em conjunto (Figura 2.3). O comércio de serviços em África cresceu de cerca de USD 138 mil milhões em 2005 para quase USD 260 mil milhões em 2015.

Figura 2.3. **Contas bancárias em sistemas móveis registadas em regiões do mundo, 2013-16**



Fonte: GSMA (2017), *2017 State of the Industry Report on Mobile Money*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933782905

Em terceiro lugar, a nova revolução na produção pode trazer novos nichos de mercado, que poderiam ser aproveitados pelos *clusters* empresariais africanos. As novas tecnologias podem impulsionar a capacidade das empresas de acederem a novos mercados e encontrarem nichos nas CVG. Dentro das CVG, é provável que a produção em massa se altere para a personalização em massa, ou "transformação *on-demand*" (De Backer e Flaig, 2017). As empresas africanas podem integrar-se em novos mercados com produtos de maior valor acrescentado, como, por exemplo, produtos artesanais, cadeias de valor ético ou serviços de *design*. A Cidade do Cabo, Lagos, Nairobi, Sfax e Tânger constituem centros emergentes para *start-ups* que vendam serviços em mercados globais, especialmente em tecnologia financeira, TIC, filmes, logística e energias renováveis.

A nova revolução na produção implica vários riscos para o desenvolvimento africano:

- Muitos empregos pouco especializados na indústria transformadora poderão ser automatizados, reduzindo o fator atrativo de África enquanto destino para o investimento nessa área. Sessenta e seis por cento de todos os postos de trabalho nos países em desenvolvimento encontram-se potencialmente em risco (Frey, Osborne e Holmes, 2016: 19). O risco é ainda maior na Etiópia, onde 85% dos atuais postos de trabalho são em setores suscetíveis à automação. Em países como Angola, Maurícias, Nigéria, Seychelles e África do Sul, mais de metade dos atuais postos de trabalho também estão em alto risco de informatização. Num inquérito recente a empresas transformadoras chinesas, a maioria disse que responderia à escassez de mão-de-obra investindo mais em bens de equipamento e não transferindo a produção para fora da China (Standard Chartered Research, 2017: 17).
- Os países africanos menos avançados podem não ser capazes de oferecer os níveis necessários de infraestruturas, capital, competências e capital humano para tirar partido da nova revolução na produção. Neste cenário, as empresas africanas arriscam ficar ainda mais aquém do nível de produtividade global.
- Novas inovações podem dar origem a mercados em que o vencedor leva tudo, o que exacerba a desigualdade de rendimentos. As rendas da inovação digital são, frequentemente, partilhadas entre os acionistas das empresas mais bem-sucedidas, os principais executivos e alguns funcionários-chave (Guellec e Paunov, 2017).
- A crescente importância das TIC coloca novos riscos à segurança (cibersegurança), à propriedade de dados e à privacidade, algo que muitos países africanos não estão

preparados para enfrentar. Muitos países ainda não têm as infraestruturas jurídicas para proteger os direitos dos consumidores e das empresas.

- Estão também a surgir novos riscos ambientais. Por exemplo, o despejo de metais pesados oriundos de resíduos eletrónicos tem representado uma ameaça ambiental no Gana e na Nigéria (Nnorom e Osibanjo, 2008).

Os ganhos da nova revolução na produção não são automáticos, mas apelam a objetivos específicos em termos de políticas públicas. O primeiro é assegurar competências de qualidade para que a mão-de-obra possa atender às necessidades do mercado de uma economia digital. As políticas de educação devem priorizar a educação de qualidade com enfoque na ciência, na tecnologia, na engenharia e na matemática. A educação e a formação técnica, empresarial e profissional (TEVET) podem ser incluídas nos currículos escolares. Os governos devem encorajar as instituições de TEVET a oferecer formação de qualidade direcionada, com envolvimento do setor privado (por exemplo, através de formação no trabalho, aprendizagens e estágios que proporcionam competências certificadas).

Em segundo lugar, as políticas devem tornar os *clusters* atrativos para que as empresas estrangeiras e as *start-ups* africanas invistam em novos regimes de produção. O fornecimento de bens públicos a *clusters* empresariais pode garantir que as empresas africanas beneficiam de condições que as ajudam a crescer. As associações empresariais em *clusters* podem facilitar a transferência de conhecimento. Fomentar as interligações entre parques industriais ou zonas económicas especiais e o resto da economia (através de subcontratação) também é fundamental para facilitar o crescimento da produtividade além dos *clusters* e reduzir as desigualdades territoriais.

Em terceiro lugar, as políticas devem encorajar a transferência de conhecimento para empresas privadas e públicas em África. As agências de promoção de IDE podem atrair investidores estrangeiros à transferência de conhecimentos para as empresas locais, empregando a mão-de-obra local, realizando cursos de formação e subcontratando empresas locais. A investigação e o desenvolvimento podem ser ampliados em setores onde os países possuem quer vantagens comparativas quer as potencialidades para aplicar novas tecnologias.

Em quarto lugar, as políticas devem dar um acesso mais amplo ao financiamento às PME que apresentam potencialidades de crescimento. Os quadros regulamentares devem permitir que as instituições de crédito reduzam os custos e os riscos associados ao financiamento de projetos de PME e, ao mesmo tempo, protejam a estabilidade macroeconómica.

Os instrumentos tais como os regimes de garantia de crédito podem difundir os riscos de financiamento das PME ao associar instituições terceiras. As autoridades e associações empresariais dedicadas às PME podem facilitar as conexões entre as PME e os provedores de crédito. O *leasing* e o *factoring* também podem ser usados para gerir riscos (OCDE, 2017a; BAD/OCDE/PNUD, 2017).

Por fim, os governos devem investir substancialmente na melhoria de infraestruturas de retorno (*backhaul*), nas linhas fixas que ligam as torres móveis às redes fundamentais de transmissão de dados. África tem feito progressos notáveis no fornecimento de conetividade móvel, mas a conetividade 2G de voz e mensagens de texto tradicionais limita o acesso a serviços de dados. A banda larga móvel (3G, 4G e 5G) requer uma modernização significativa das infraestruturas fixas, incluindo a energia e o acesso a fibra de banda larga de alta velocidade, para a transmissão de dados. Um inquérito de 2017 sugeriu que mais de dois terços das ligações móveis africanas são 2G, enquanto as ligações 4G representam

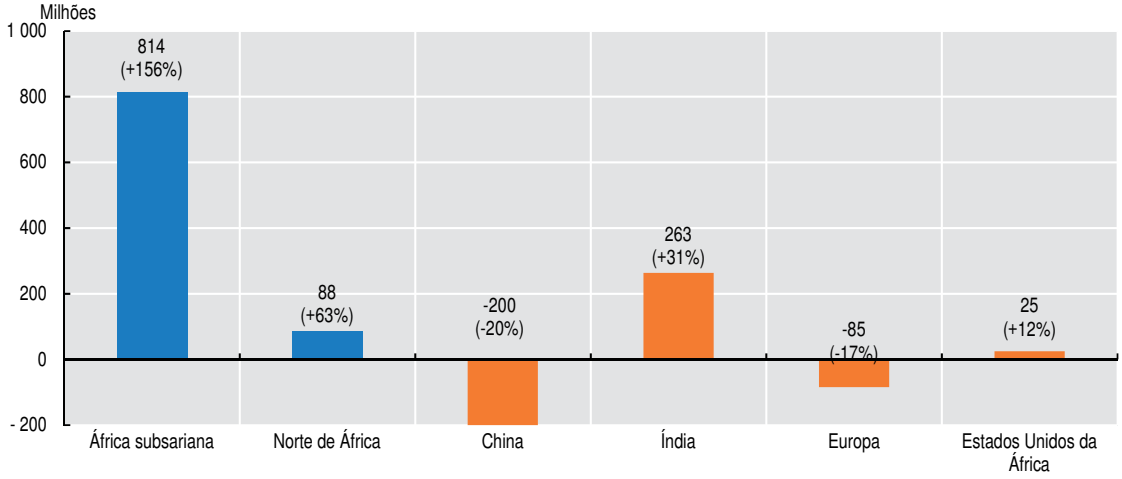
apenas 2% do mercado (Connecting Africa, 2017). A escolha entre diferentes modelos empresariais e reguladores, o âmbito do financiamento público, os requisitos de acesso aberto e prestação de serviços de comércio bruto têm implicações significativas para os investidores e para a implantação de redes de telecomunicações mais rápidas (OCDE, 2014). As autoridades africanas devem avaliar estas implicações e criar quadros regulamentares que incorporem boas práticas e são adequadas aos respetivos contextos locais.

Megatendência 3: Dividendos demográficos

África apresenta a população com o crescimento mais rápido do mundo. De 2000 a 2015, a população africana aumentou de 814 milhões para quase 1.2 mil milhões. De acordo com projeções das Nações Unidas (cenário médio), a população vai atingir 1.7 mil milhões em 2030 e 2.5 mil milhões em 2050. Prevê-se que a proporção africana da população mundial vá aumentar dos cerca de 16% atuais para quase 20% em 2030 e acima de 25% em 2050 (BAD/OCDE/PNUD, 2016).

Devido ao rápido crescimento populacional, África apresenta a segunda maior mão-de-obra do mundo a seguir à Ásia, e esta continuará a crescer. Entre 2015 e 2050, a população ativa africana (definida como as pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos) vai aumentar 902 milhões, cerca de 69% do aumento total em todo o mundo (Figura 2.4). Este crescimento ultrapassa o da Índia (263 milhões). Na Europa, este número deve decrescer 85 milhões e na China 200 milhões. Até 2075, a população africana com idades entre os 15 e os 24 anos atingirá 586 milhões, ultrapassando a da Ásia por 584 milhões de pessoas.

Figura 2.4. **Crescimento previsto da mão-de-obra na África subsariana, no Norte de África, na China, na Índia, na Europa e nos Estados Unidos, 2015-50**

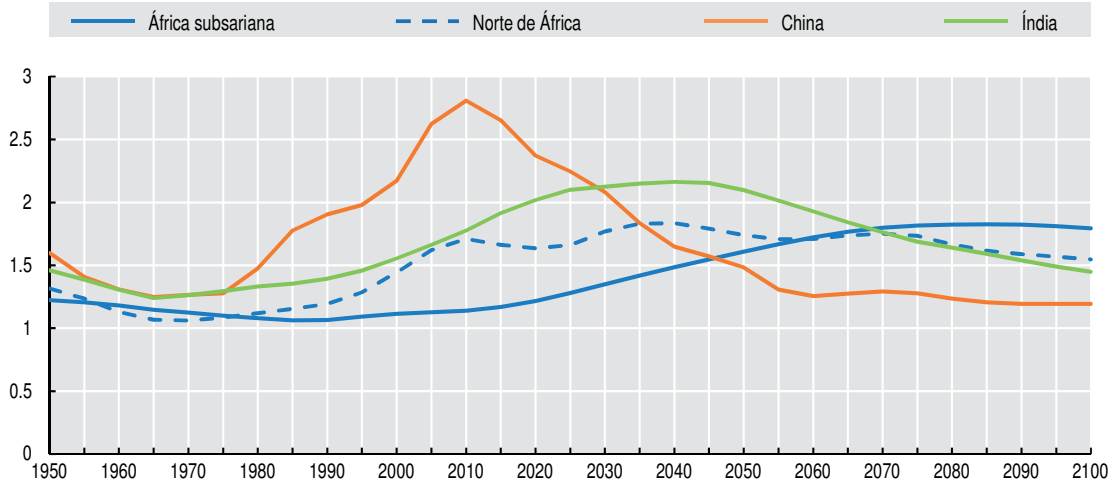


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de UNDESA (2017a), *World Population Prospects: The 2017 Revision*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933782924

O aumento da população em idade ativa pode impulsionar o crescimento ao aumentar a oferta efetiva de mão-de-obra. Os rácios de atividade revelam que África tem uma maior população em idade ativa do que população dependente (definida como a população com idades inferiores a 15 e superiores a 65) (Figura 2.5). Na década de 1990, uma pessoa era economicamente ativa por cada pessoa economicamente inativa. Graças à queda das taxas de natalidade, o rácio médio de atividade subirá de forma constante e continuará bastante além de 2050. Nessa altura, deve chegar a 1.6 pessoas ativas por cada pessoa inativa na África subsariana. Em 2030, o aumento da oferta de mão-de-obra pode criar um primeiro "dividendo demográfico" e impulsionar o crescimento anual do PIB *per capita*

em África até meio ponto percentual, assumindo a produção constante por trabalhador (BAD/OCDE/PNUD, 2016). Este dividendo demográfico pode contribuir com 10-15% do crescimento do volume bruto do PIB até 2030 (Ahmed *et al.*, 2014).

Figura 2.5. **Rácios de atividade na África subsariana, no Norte de África, na China e na Índia, 1950-2100**



Nota: Os rácios agregados são ponderados em função da população. O rácio de atividade é o rácio entre a população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) e a população dependente (menos de 15 e mais de 65 anos). As projeções são modeladas usando a variante da fertilidade média.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de UNDESA (2017a), *World Population Prospects: The 2017 Revision.*

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933782943

África pode desfrutar de um segundo dividendo demográfico ao acumular poupanças e investindo mais em capital físico e humano, especialmente na educação e na saúde infantil. À medida que os rácios de atividade aumentam, as famílias e os governos têm mais recursos disponíveis por criança para proporcionar uma melhor educação e cuidados de saúde, o que pode fortalecer a produtividade ao longo do tempo. Havendo relativamente mais pessoas em idade ativa, a taxa de poupança pode aumentar e incrementar a produtividade através de mais investimento. Quando o sistema financeiro funciona de forma eficiente, estas poupanças podem acumular-se e criar um "excedente de poupança" para reinvestir na economia.

No entanto, estes dois dividendos demográficos dependem do emprego e do investimento. O efeito positivo da oferta de mão-de-obra sobre o crescimento só se concretizará se forem criados postos de trabalho suficientes. Entre o dia de hoje e 2030, mais 29 milhões de jovens, em média, farão 16 anos de idade todos os anos. Este número de jovens em idade ativa não tem precedentes. Se não forem criados empregos suficientes, os jovens podem sentir-se desencorajados de procurarem ativamente um emprego, provocando a queda da taxa de participação no mercado de trabalho, ou incapazes de encontrar um emprego, provocando a subida do desemprego e da informalidade. O rápido crescimento populacional pode criar séria pressão sobre os recursos ambientais locais, se o consumo de recursos *per capita* crescer tão depressa como nas economias mais avançadas (BAD/OCDE/PNUD, 2016: 41).

Embora África tenha feito grandes avanços no aumento dos níveis de educação, a discrepância de competências continua a ser um desafio relevante. A qualidade dos sistemas de ensino em África ainda precisa de melhorias. Muitos jovens africanos carecem de competências técnicas e de gestão para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho.

Apenas 10.5% dos alunos do ensino secundário estão matriculados em programas de formação profissional e estes são, muitas vezes, subfinanciados.

Colher estes dividendos demográficos requer mudanças fundamentais nas políticas. África não conseguiu, no passado, criar um número suficiente de bons empregos não obstante o elevado crescimento económico. As políticas têm de concretizar vários objetivos:

- reduzir as barreiras que ainda restringem a procura de mão-de-obra, por exemplo, através da promoção da atividade do setor privado, incluindo o empreendedorismo de alto potencial, e ajudando os jovens a adquirir as competências necessárias para obter trabalhos dignos
- acelerar a transição demográfica no sentido de taxas de natalidade mais reduzidas, melhorando os cuidados de saúde, a educação universal, o planeamento familiar e a capacitação das mulheres
- aprofundar o setor financeiro interno para facilitar as poupanças, melhorar a intermediação financeira e atrair mais investimentos para as economias nacionais
- criar incentivos para os trabalhadores pouparem os rendimentos desde cedo, antecipando a velhice (BAD/OCDE/PNUD, 2016: 41).

Caixa 2.1. **As políticas podem ajudar a maximizar a contribuição da migração para o desenvolvimento africano**

A emigração de África está no seu pico: 36.3 milhões de indivíduos nascidos na África não moravam no seu país natal em 2017. Trata-se de um aumento acentuado dos 20.3 milhões em 1990. Contudo, a emigração enquanto percentagem da população total caiu de 3.2% em 1990 para 2.9% em 2017, uma vez que a população africana está a crescer mais depressa do que a sua emigração. As causas deste aumento absoluto da emigração variam de conflitos internos, a um aumento de rendimentos que torna a migração mais acessível, especialmente entre alguns países populosos como a República Democrática do Congo, o Egito, Marrocos, a Somália e o Sudão (UNDESA, 2017b). Da mesma forma, os fluxos de refugiados de África encontram-se altamente concentrados em poucos países. O Sudão do Sul e a Somália por si só representaram 40% dos refugiados de África em 2016.

Em termos de imigração, a migração africana também se mantém, em grande medida, intrarregional. Em 2017, 79% dos 24.7 milhões de imigrantes que vivem no continente haviam nascido noutro país africano. Em termos absolutos, a África do Sul acolhe a maioria dos imigrantes, tendo mais de 4 milhões. Mas vários outros países possuem mais de 1 milhão de imigrantes, incluindo a Côte d'Ivoire (2.2 milhões), o Uganda (1.7 milhões), a Nigéria (1.2 milhões), a Etiópia (1.2 milhões) e o Quénia (1.1 milhões).

Prevê-se que a migração de África aumente devido às exigências de melhores perspetivas de emprego e nível de vida. Entre 2015 e 2050, 69% do aumento da mão-de-obra global virá de África (ver Figura 2.4). A falta de bons empregos e infraestruturas básicas no local faz com que um número crescente de jovens, tanto homens como mulheres, migrem para encontrar melhores postos de trabalho e um estilo de vida urbano. A divergência no crescimento económico entre os países africanos também significa que os polos de crescimento, tais como Marrocos, África do Sul e todo o litoral do Golfo da Guiné, estão a atrair mais africanos em busca de emprego. Apesar de a maioria dos migrantes de África ainda residirem no continente, a proporção diminuiu, de facto, de 66% em 1990 para 53% em 2017.

Caixa 2.1. **As políticas podem ajudar a maximizar a contribuição da migração para o desenvolvimento africano** *(cont.)*

África encara a migração cada vez mais em termos positivos. Muitas vezes, os migrantes enviam dinheiro para casa, por exemplo. As remessas foram estimadas em 2.8% do PIB em média entre 2009 e 2016 (ver Capítulo 1). Estas podem ajudar a reduzir a pobreza e tendem a aumentar durante recessões económicas.

Vários países africanos, como o Burkina Faso, Marrocos e o Zimbabwe, instituíram políticas ou estratégias para ligar a emigração aos objetivos de desenvolvimento. De modo a aumentar o impacto da emigração no desenvolvimento, as políticas podem *i)* dar apoio às famílias que permanecem no país, *ii)* reduzir os custos das remessas e canalizá-las para investimentos produtivos, *iii)* incentivar o retorno de emigrantes e, quando retornados, integrá-los, e *iv)* trazer diásporas para as iniciativas de desenvolvimento. Além das iniciativas de políticas de desenvolvimento e migração, as políticas públicas mais generalizadas, tais como para a mão-de-obra, educação, agricultura e proteção social, também podem ajudar a tirar mais partido da migração para melhores resultados de desenvolvimento (OCDE, 2017b).

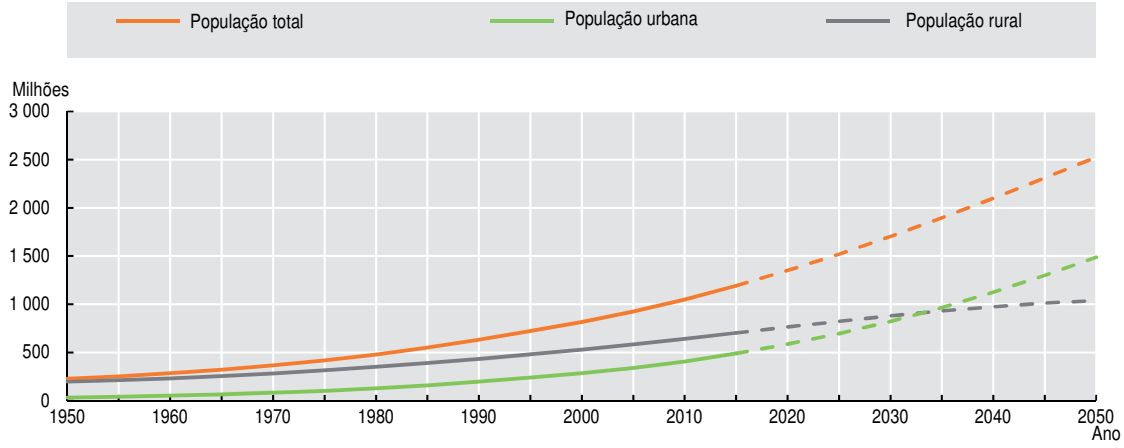
Os países africanos podem maximizar o impacto positivo da imigração através da adoção de políticas coerentes por forma a gerir e integrar melhor os imigrantes. Entre dez países de um relatório recente da OCDE e da OIT[1], a estimativa do contributo dos imigrantes para o PIB é de 7% em média, variando de cerca de 1% no Gana a 19% na Côte d'Ivoire (OCDE/OIT, 2018). A integração dos imigrantes nos países em desenvolvimento acarreta diferentes tipos de desafios do que nos países desenvolvidos, em particular no contexto da alta informalidade, fronteiras permeáveis e orçamentos limitados (Gagnon e Khoudour-Castéras, 2012). As opções de políticas incluem a oferta de melhor acesso aos serviços básicos, garantindo os direitos dos trabalhadores imigrantes e integrando-os no mercado de trabalho para que possam investir e contribuir para a economia onde trabalham e habitam.

O reforço da cooperação entre os países de origem e de destino levaria a uma migração com melhor gestão e mutuamente benéfica. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável incluiu a migração enquanto meio para o desenvolvimento pela primeira vez numa agenda política internacional: quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mencionam explicitamente a migração ou as remessas. Os atuais esforços no sentido de um Pacto global para migração segura, ordeira e regular também podem ajudar a fortalecer a governação global da migração internacional, que é presentemente limitada.

Megatendência 4: A transição urbana

África é a segunda região de mais rápida urbanização depois da Ásia. A taxa de urbanização cresceu de 14% em 1950 para 42% atualmente; em 2035, prevê-se que 50% dos africanos residam em áreas urbanas (Figura 2.6). A velocidade deste processo é incomparável. A urbanização africana está a ocorrer sobretudo em cidades intermédias e pequenas cidades. As cidades com menos de 500 000 habitantes representavam 67% do crescimento urbano entre 2000 e 2018.

Figura 2.6. **Tendências de crescimento nas populações urbana, rural e total de África, 1950-2050**



Nota: As previsões começam a partir de 2015, com base no cenário de fertilidade média da UNDESA.
Fonte: UNDESA (2018), *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933782962

A urbanização africana está a expandir os mercados internos nas áreas rurais e urbanas. Além disso, está a aumentar a procura de produtos de maior valor acrescentado e a mudar os regimes alimentares. A classe média, definida como quem gasta entre USD 5 e USD 20 por dia, aumentou de 108 milhões de pessoas em 1990 para 247 milhões em 2013. O setor urbano representa 40% do total da população, mas 50% do total do consumo de alimentos e 60% do mercado alimentar (Reardon *et al.*, 2013). A economia alimentar da África Ocidental está estimada em USD 178 mil milhões para 2010 – 36% do PIB regional –, mais de dois terços dos quais foram de trocas comerciais em mercados (Allen e Heinrigs, 2016). Nessa região, a distância média entre cidades caiu de 111 quilómetros para 28 entre 1950 e 2010 (Moriconi-Ebrard, Harre e Heinrigs, 2016). Do mesmo modo, a procura urbana de bens e serviços na construção e nas indústrias de apoio está a subir.

O IDE que visa os mercados urbanos de África tem vindo a aumentar. De acordo com Wall (2016), "Em relação ao PIB, as cidades da África subsariana figuram nos primeiros 10% dos mercados atrativos para investimentos diretos em terrenos inexplorados entre 2002 e 2012 com tanta frequência como as cidades da região da Ásia Oriental e Pacífico. […] Entre todos os postos de trabalho diretamente criados pelo IDE em África entre 2003 e 2014, 83% eram em cidades."

Quando as condições propícias existem, as aglomerações económicas e os *clusters* empresariais urbanos em países africanos podem aumentar os ganhos de produtividade. Três efeitos positivos caracterizam as economias de aglomeração: insumos correspondentes, recursos partilhados e inovação através da aprendizagem. Por exemplo, cada nova entrada de uma empresa num *cluster* etíope aumenta a produtividade dos concorrentes 0.91% (Siba *et al.*, 2012). Em Arusha, Dar es Salaam e Mbeya (Tanzânia) e Kampala (Uganda), um aumento de 10% das empresas do mesmo setor e área reduz os seus custos numa média de 0.3-0.4% (Iimi, Humphrey e Melibaeva , 2015).

No entanto, muitas restrições são insuperáveis, colocando empecilhos às potencialidades da rápida urbanização. A elevada taxa de urbanização não criou, até agora, emprego fora dos setores informal ou de serviços de baixo valor acrescentado. A economia informal representa 61% do emprego urbano e constitui a fonte de 93% dos

novos postos de trabalho criados (Kessides, 2005). Devido à discriminação com base no género e à falta de oportunidades, as trabalhadoras estão desproporcionalmente super-representadas nos setores informais, especialmente no dos serviços.

A urbanização africana ocorre sobretudo através da expansão territorial urbana, sem gerar os benefícios de áreas densamente povoadas. Entre 2000 e 2010, a população de 12 cidades africanas expandiu-se rapidamente para áreas rurais adjacentes: a sua densidade permaneceu reduzida, com 81 habitantes/km^2. A expansão urbana de Kampala, de 10.6% ao ano, foi mais rápida do que o crescimento populacional de 4.6% ao ano, reduzindo a sua densidade. A baixa densidade prejudica em grande medida a produtividade das cidades. Estima-se, por exemplo, que um sistema de transportes públicos viável requeira pelo menos 15 000 habitantes por km^2.

África possui taxas mais elevadas de pobreza urbana do que qualquer outra região e cerca de 62% dos residentes urbanos vivem em assentamentos informais. Devido ao rápido crescimento populacional urbano, muitas cidades africanas enfrentam o desafio de triplicar as populações dos bairros de lata até 2050 (UN-Habitat, 2008). As pessoas que vivem em assentamentos informais têm, muitas vezes, índices de mobilidade reduzidos, dado que os elevados custos de transporte podem representar, pelo menos, 20% do rendimento disponível das famílias com baixos rendimentos.

As áreas urbanas africanas estão expostas a altos riscos ambientais. A mortalidade devido à poluição atmosférica custou a África um valor estimado em USD 447 mil milhões em 2013, um terço do respetivo PIB. As alterações climáticas apresentam grandes riscos de inundações em cidades costeiras pouco elevadas, calor extremo e padrões pluviais alterados, ameaçando a subsistência de muitos africanos (Roy, 2016).

As cidades intermediárias africanas ainda não estão preparadas para enfrentar o rápido crescimento populacional (Minsat, no prelo). Mais de 1081 milhões de africanos, 81% da população do continente, vivem numa interface rural-urbana definida por um contínuo de áreas rurais, aldeias, vilas e cidades com menos de 500 000 habitantes. As cidades intermediárias aumentariam a riqueza em áreas rurais e reforçariam as interligações entre os espaços rural e urbano, já que as cidades intermediárias podem criar uma reserva de procura para as atividades económicas rurais e fornecer serviços e produtos nas suas áreas de influência. Todavia, a procura por serviços básicos ultrapassa a oferta. Em nove países africanos, os governos das cidades intermediárias gastam, em média, menos de USD 1 *per capita* por ano no total (BAD/OCDE/PNUD, 2016).

Contornar estes desafios e aproveitar as oportunidades criadas pela rápida urbanização exige estratégias de desenvolvimento holísticas e ação direcionada em termos de políticas. Embora cada país seja único, muitos países devem dar prioridade aos seguintes objetivos para a ação em termos de políticas:

- Continuar a atualizar as infraestruturas urbanas ainda é uma prioridade essencial para todos os países. Dois terços dos investimentos urbanos estão agendados entre o momento presente e 2050. Investir em infraestruturas urbanas adaptadas aos cenários de alterações climáticas mais pessimistas (chamada a abordagem "*no regrets*", ou sem arrependimento) e planear o desenvolvimento urbano traria muitos benefícios.
- Garantir os direitos fundiários e clarificar a propriedade fundiária, *inclusive* para as pessoas que vivem em assentamentos informais, é fundamental para oferecer um ambiente estável a investimentos e empresas.

- Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano e as interligações dentro da rede urbana pode proporcionar uma transição mais suave de uma economia rural para uma economia urbana. Vários países, como a Etiópia e o Ruanda, visam reforçar a função crucial das cidades intermediárias entre áreas rurais e cidades primárias.
- Os governos podem fornecer com mais eficácia bens públicos a *clusters* empresariais existentes em cidades africanas. Muitas empresas locais reuniram-se em áreas urbanas, formando *clusters*. Mas os bens públicos, como por exemplo um fornecimento fiável de energia, estão muitas vezes, em falta nesses *clusters*, prejudicando o crescimento da produtividade.
- O desenvolvimento de sistemas de transportes públicos pode ajudar a reduzir a poluição, enquanto contribui de forma positiva para a economia. Por exemplo, o sistema *Bus Rapid Transit* de Lagos criou 2000 000 postos de trabalho diretos e 500 indiretos e reduziu 30% ao custo dos transportes públicos.
- As reformas de governação a vários níveis podem ajudar a implementar políticas e adaptá-las melhor aos territórios locais. A nova dinâmica entre os espaços rural e urbano necessita de estruturas de governação que vão além das fronteiras administrativas das cidades e que tenha em conta as funções económicas dos assentamentos humanos. É essencial clarificar as responsabilidades dos diferentes níveis governamentais e criar estruturas de coordenação. As reformas de governação a vários níveis exigem responsabilidade, transparência e reforço de capacidades, especialmente ao nível subnacional.

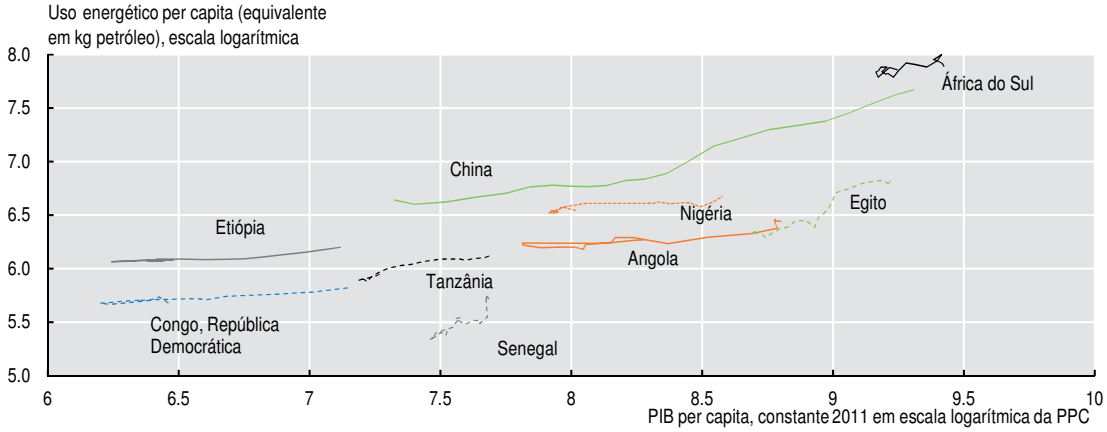
Megatendência 5: Alterações climáticas e a transição para uma economia verde

As alterações climáticas representam um desafio significativo para o desenvolvimento africano. O aumento dos níveis de gases com efeito de estufa na atmosfera, o aumento do nível do mar, as temperaturas mais quentes e outras alterações nos padrões climáticos trazem riscos concretos ao desenvolvimento das economias e sociedades africanas. África é mais vulnerável às alterações climáticas do que outras regiões do mundo, embora seja menos responsável por criar este desafio global. O continente contribui com menos de 4% para as emissões globais de gases com efeito de estufa, mas 27 dos 33 países em maior risco face às alterações climáticas estão em África (FAO, 2008; Maplecroft, 2016).

Muitos países africanos encontram-se neste momento em transição para a fase de rendimento médio exigindo mais energia. A mudança para a energia moderna significa muitas vezes uma rápida dependência da eletricidade gerada a partir de combustíveis fósseis, o que resulta em maiores emissões de CO_2 e de outros tipos de poluentes atmosféricos prejudiciais. Considerando que a população africana aumentará para 25.8% da população mundial em 2050 e cerca de 40% em 2100, sem uma transição para um crescimento mais verde, a sua pegada ecológica também aumentará drasticamente.

Os padrões de uso energético variam entre os países africanos. Países como a República Democrática do Congo, com baixos níveis de consumo energético, devem procurar manter-se num percurso de uso sustentável da energia à medida que o seu rendimento cresce (ver Figura 2.7). Países como a África do Sul, com um consumo energético superior, podem ter de considerar modelos mais ecológicos.

Figura 2.7. **PIB e uso energético *per capita* para certos países de África e da China, 1990-2012**



Fonte: Brambhatt, Haddaoui e Page (2017), "Green industrialisation and entrepreneurship in Africa".
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933782981

As inundações devido à subida do nível do mar podem sair caras. Metade dos assentamentos africanos com 1-5 milhões de habitantes encontra-se em zonas costeiras pouco elevadas e estão vulneráveis a inundações (Kamal-Chaoui e Robert, 2009). A zona costeira do Egito detém 40% da população total do país; além do deslocamento humano e outras consequências adversas, por cada metro de subida do nível do mar o PIB diminuiria 6.4%. As estimativas para a Nigéria fixam-se numa perda de 0.3% do PIB e para o Senegal em 12-17% (Brown, Kebede e Nicholls, 2011).

A falta de chuva, a desertificação e as temperaturas mais quentes afetam gravemente África. As últimas secas tiveram impacto negativo sobre o setor agrícola na África Oriental e Austral. O aquecimento global além de 2 °C pode levar a uma diminuição de 40% na precipitação na África Austral (Granoff *et al.*, 2015). A desertificação já afeta dois terços dos terrenos africanos e 65% da população. Contribui para a migração entre os espaços rural e urbano uma vez que a agricultura africana depende fortemente da chuva. Um decréscimo de 1% na precipitação poderia aumentar 0.45% à taxa de urbanização da África subsariana. A subida das temperaturas já está a aumentar a incidência de malária nas terras altas da África Oriental (Endo, Yamana e Eltahir, 2017).

África depara-se com custos significativos para evitar as consequências das alterações climáticas. As intervenções atuais para a adaptação às alterações climáticas terão um custo de USD 7 a 15 mil milhões por ano até 2020 (Schaeffer *et al.*, 2013). Num cenário de "menos de 2 °C", os custos de adaptação poderiam atingir USD 35 mil milhões até 2050 e USD 200 mil millhões até 2070 (Granoff *et al.*, 2015). Adaptar os projetos de infraestruturas às alterações climáticas aumentaria os custos de investimento cerca de 15% (ICA, 2016). A readaptação de infraestruturas pouco ecológicas ultrapassa o custo inicial de investimento em infraestruturas ecológicas.

Os países africanos podem mitigar os efeitos das alterações climáticas direcionando-se para objetivos de políticas específicos:

- As políticas devem acelerar a transição energética. África tem enormes potencialidades para a energia renovável, o que pode ajudar a resolver a falta de energia (BAD, 2017). Metade do crescimento na produção de eletricidade na África subsariana virá provavelmente de fontes renováveis de energia até 2040 (OCDE/AIE, 2014). Os custos das energias renováveis estão a diminuir rapidamente. O

da energia solar diminuiu 80% entre 2008 e 2015. Para a África subsariana, em particular, "os sistemas descentralizados, liderados pela energia solar fotovoltaica em sistemas fora da rede e minirredes, são a solução de menor custo para três quartos das ligações adicionais necessárias" (OECD/AIE, 2017).

- As políticas devem desenvolver setores verdes. Os países africanos podem capitalizar a sua rica biodiversidade, tornando-se destinos de eco-turismo. O turismo já representou 30% das exportações de serviços em 2016 (ITC, 2016). Melhorar a reciclagem e a coleta de lixo pode criar muitos postos de trabalho para os trabalhadores pouco qualificados (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
- Por último, as políticas devem reduzir os custos decorrentes da poluição atmosférica. A eliminação progressiva de subsídios do carvão e do petróleo reduziria as mortes devido à poluição atmosférica em pelo menos 50% (Coady *et al.*, 2015: 25). Eliminar subsídios energéticos em seis países da África Oriental e Austral geraria poupanças que variariam entre cerca de 1.5% do PIB no Uganda até 8.3% do PIB na Zâmbia (OCDE, 2017c).

Nota

1. Estes países incluem a Argentina, a Costa Rica, a Côte d'Ivoire, a República Dominicana, o Gana, o Quirguistão, o Nepal, o Ruanda, a África do Sul e a Tailândia.

Bibliografia

Ahmed *et al.* (2014), "How significant is Africa's demographic dividend for its future growth and poverty reduction?", *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 7134, Washington, DC.

Allen, T. e P. Heinrigs (2016), "Emerging opportunities in the West African food economy", *West African Papers*, No. 1, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jlvfj4968jb-en.

BAD (2017), *Annual Report 2016*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.

BAD/OCDE/PNUD (2017), *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/aeo-2017-en.

BAD/OCDE/PNUD (2016), *African Economic Outlook 2016: Sustainable Citiesand Structural Transformation*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/aeo-2016-en.

Brambhatt M., C. Haddaoui e J. Page (2017), "Green industrialisation and entrepreneurship in Africa", *The New Climate Economy/OECD Working Paper*, New Climate Economy, Londres e Washington, DC.

Brown, S., A.S. Kebede e R.J. Nicholls (2011), *Sea-Level Rise and Impacts in Africa, 2000 to 2100*, relatório da School of Civil engineering and the Environment, www.unep.org/climatechange/ adaptation/ Portals/133/documents/AdaptCost/9%20Sea%20Level%20Rise%20Report%20 Jan%202010.pdf.

Coady, D. *et al.* (2015), "How large are global energy subsidies?", *IMF Working Paper*, www.imf.org/ external/pubs/ft/wp/2015/wp15105.pdf.

Connecting Africa (2017), "The economics of change in African infrastructure development", *Connecting Africa,* .www.connectingafrica.com/document.asp?doc_id=736411

De Backer, K. e D. Flaig (2017), "The future of global value chains: Business as usual or 'a new normal'?", *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, No. 41, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/d8da8760-en.

Divisão de Estatística da ONU (2017), *UN COMTRADE* (base de dados), consultada via http://wits.worldbank.org/wits/ (consultada em 1 de fevereiro de 2018).

Dreher, A. *et al.* (2017), "Aid, China, and growth: Evidence from a new global development finance dataset", *AidData Working Paper,* No. 46, Williamsburg, Virgínia.

Endo, N., T. Yamana e E.A. Eltahir (2017),"Impact of climate change on malaria in Africa: A combined modelling and observational study", *The Lancet*, No. 389, Issue S7, https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)31119-4.

FAO (2008), "Africa could reduce greenhouse gases", Organização para a Alimentação e a Agricultura, Roma (consultado em janeiro de 2018).

Frey, C.B., M.A. Osborne e C. Holmes (2016), *Technology at Work v2.0: The Future Is Not What It Used to Be, Citi GPS: Global Perspectives and Solutions,* Citi GPS, Oxford, Reino Unido.

Gagnon, J. e D. Khoudour-Castéras (2012), "South-South migration in West Africa: Addressing the challenge of immigrant integration", *OECD Development Centre Working Papers 312*, Publicações OCDE, Paris, .http://www.oecd.org/dev/50251899.pdf

Gelb, A. *et al.* (2017), "Can Africa be a manufacturing destination? Labor costs in comparative perspective", *CGD Working Paper 466*, Center for Global Development, Washington, DC.

Granoff, I. *et al.* (2015), "Zero Poverty, zero emissions: Eradicating extreme poverty in the climate crisis", *Overseas Development Institute*, Londres.

GSMA (2017), *2017 State of the Industry Report on Mobile Money*, GSM Association.

Guellec, D. e C. Paunov (2017), "Digital innovation and the distribution of income", *NBER Working Paper* No. 23987, The National Bureau of Economic Research, Cambridge.

ICA (2016), "Outcomes Statement 2016 ICA", 12.º encontro anual do Infrastructure Consortium for Africa (ICA), em Abidjan.

Iimi, A., R.M. Humphrey e S. Melibaeva (2015), "Firm productivity and infrastructure costs in East Africa", *Policy Research Working Paper*, No. 7278, Banco Mundial, Washington, DC.

ITC (2016), *Trade Map* (base de dados), International Trade Centre, https://.www.trademap.org/

Kamal-Chaoui, L. e A. Robert (2009), "Competitive cities and climate change", *OECD Regional Development Working Papers*, No. 2009/02, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/218830433146.

Kessides, C. (2005), "The urban transition in sub-Saharan Africa: Implications for economic growth and poverty reduction", *Transport and Urban Development Department, Working Paper Series*, No. 97, Banco Mundial.

Maplecroft (2016), *Climate Change Vulnerability Index 2017*, https://reliefweb.int/report/world/climate-change-vulnerability-index-2017.

Minsat, A. (no prelo), "Small and intermediary cities will make or break the Sustainable Development Goals in Africa", *Urban Planning International*, 2018, 33.

Moriconi-Ebrard, F., D. Harre e P. Heinrigs (2016), *Urbanisation Dynamics in West Africa 1950–2010: Africapolis I, 2015 Update*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264252233-en.

Nnorom, I.C. e O. Osibanjo (2008), "Overview of electronic waste (e-waste) management practices and legislations, and their poor applications in the developing countries", *Resources, Conservation and Recycling*, Vol. 52/6, pp. 843-858, https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2008.01.004.

OCDE (no prelo), *"Perspectives on Global Development 2019: Rethinking Development Strategies"*, Publicações OCDE, Paris.

OCDE (2017a), *The Next Production Revolution: Implications for Governments and Business*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/9789264271036-en.

OCDE (2017b), *Interrelations between Public Policies, Migration and Development*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264265615-en.

OCDE (2017c), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en.

OCDE (2016), *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-en.

OCDE (2014), "The development of fixed broadband networks", *OECD Digital Economy Papers*, No. 239, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jz2m5mlb1q2-en.

OCDE (2013), *Interconnected Economies: Benefiting from Global Value Chains*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/9789264189560-en.

OCDE (2010), *Perspectives on Global Development 2010: Shifting Wealth*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264084728-en.

OCDE/AIE (2017), *Energy Access Outlook 2017: From Poverty to Prosperity*, OCDE, Agência Internacional de Energia, Paris, www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2017SpecialReport_EnergyAccessOutlook.pdf.

OCDE/AIE (2014), *Africa Energy Outlook*, OCDE, Agência Internacional de Energia, Paris, www.iea.org/ publications/freepublications/publication/AEO_ES_English.pdf.

OCDE/OIT (2018), *How Immigrants Contribute to Developing Countries' Economies*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra/Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264288737-en.

Reardon, T. *et al.* (2013), "The emerging 'Quiet Revolution' in African agrifood systems", brief for a high-level meeting on Harnessing Innovation for African Agriculture and Food Systems: Meeting Challenges and Designing for the 21st Century, African Union Conference Center, Adis Abeba.

Roy, R. (2016), "The cost of air pollution in Africa", *OECD Development Centre Working Papers*, No. 333, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jlqzq77x6f8-en.

Schaeffer, M. *et al.* (2013), "Mid- and long-term climate projections for fragmented and delayed-action scenarios", *Technological Forecasting & Social Change*, Vol. 90, Part A, pp. 257-268, https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.09.013.

Siba, E. *et al.* (2012), "Enterprise agglomeration, output prices, and physical productivity: Firm-level evidence from Ethiopia", *Working Paper*, No. 2012/85, Africa Growth Initiative at Brookings, Banco Africano de Desenvolvimento e UNU-WIDER.

Standard Charted Research (2017), "Special report: Shop talk – China, ASEAN and the future", *Standard Chartered Bank*, https://av.sc.com/corp-en/content/docs/2017-Reinventing-through-rebotics.pdf.

UNDESA (2018), *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (base de dados)*, https://esa.un.org/unpd/wup/ (consultada em 22 de maio de 2018).

UNDESA (2017a), *World Population Prospects: The 2017 Revision (base de dados)*, https://esa.un.org/unpd/wpp/ (consultada em 1 de fevereiro de 2018).

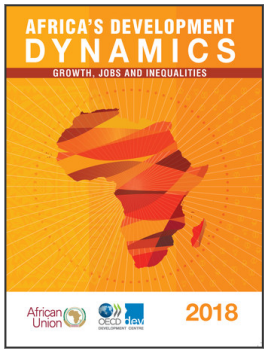
UNDESA (2017b), *International Migrant Stock: The 2017 Revision (base de dados)*, www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates17.shtml (consultada em 1 de maio de 2018).

UNDESA (2014), *World Urbanization Prospects* (base de dados), https://esa.un.org/unpd/wup/ (consultada em 1 de fevereiro de 2018).

UN-Habitat (2008), *State of the World's Cities 2008/2009, Harmonious Cities*.

Wall, R. (2016), "State of foreign direct investment to African cities", *OECD Development Centre Background Papers for the African Economic Outlook 2016*.

Wei, S.-J., Z. Xie e X. Zhang (2017), "From 'made in China' to 'innovated in China': Necessity, prospect, and challenges", *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 31/1, pp. 49-70, https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.1.49.



From:
Africa's Development Dynamics 2018
Growth, Jobs and Inequalities

Access the complete publication at:
https://doi.org/10.1787/9789264302501-en

Please cite this chapter as:

African Union Commission/OECD (2018), "Megatendências que afetam a integração africana na economia global", in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/ African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: https://doi.org/10.1787/9789264306301-8-pt

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.